



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0247263-1

APELANTE: START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS
TERCEIRIZÁVEIS LTDA

APELADO: T. A. LOGÍSTICA LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: TÍTULO DE CRÉDITO. DUPLICATAS. FUNDAMENTO DA EMISSÃO DOS TÍTULOS. O CREDOR DEVE COMPROVAR A EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. A DUPLICATA NÃO PODE SERVIR PARA O REPASSE DO MONTANTE DE CONDENAÇÃO FIXADA PROCESSO JUDICIAL. INSCRIÇÃO NO SERASA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1- Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença exarada nos autos de Ação Declaratória c/c Indenização por Danos Morais e pedido de antecipação de tutela, a qual julgou parcialmente procedente o pedido inicial.
- 2- O cerne do debate nesta lide consiste na existência ou não de nulidade na emissão das duas duplicatas especificadas na exordial, bem como, no caso de serem entendidas nulas as duplicatas, na existência de dano moral.
- 3- O recorrente argumenta que somente emitiu as duplicatas nos valores exatos das duas condenações nas reclamações trabalhistas, porquanto havia uma relação jurídica entre apelante e apelado, a qual justificaria esse repasse através dos títulos assinalados. Segundo o apelante, ele e o apelado firmaram um contrato de prestação de serviços terceirizados.
- 4- A condenação judicial nas referidas reclamações trabalhistas recaiu sobre o ora apelante, e não sobre o apelado. Não há guarida, neste processo, para as alegações do apelante de que o real devedor é o recorrido. O recorrente não pode emitir as duplicatas contra a parte apelada com o intuito de cobrir os prejuízos que sofreu com as ações trabalhistas.
- 5- No tocante à indenização por danos morais, temos que se trata de condenação devida, posto que o protesto das duplicatas gerou prejuízos ao apelado, que teve seu nome indevidamente inscrito no SERASA. Contudo, entendemos que o montante da indenização deve ser minorado, a fim de que se compatibilize com a extensão do dano, evitando-se um enriquecimento sem causa.
- 6- Apelo parcialmente provido para minorar o valor da indenização por danos morais.



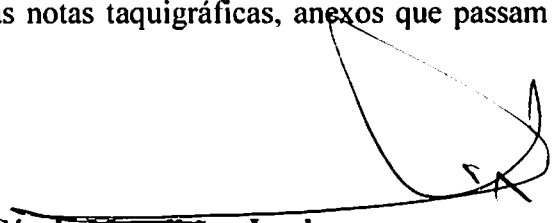
280
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível nº **0247263-1**, tendo como apelante **START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS TERCEIRIZÁVEIS LTDA** e apelado **T. A. LOGÍSTICA LTDA**, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 21 / 03 / 2013, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao presente, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 21/03/2013


Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



269

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0247263-1

APELANTE: START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS TERCEIRIZÁVEIS LTDA

APELADO: T. A. LOGÍSTICA LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Start Sistema e Tecnologia em Recursos Terceirizáveis Ltda contra sentença exarada nos autos da Ação Declaratória c/c Indenização por Danos Morais e pedido de antecipação de tutela, a qual julgou parcialmente procedente o pedido inicial.

A ação foi proposta por T.A. Logística Ltda em face de Start Sistema e Tecnologia em Recursos Terceirizáveis, visando, em suma: 1) a declaração de inexistência de relação jurídica entre a autora/apelada e a ré/apelante que justifique a emissão das duas duplicatas em questão; 2) a declaração da nulidade das duplicatas nº 023124 e nº 023125, e conseqüente cancelamento dos protestos desses títulos; e 3) a condenação da ré/apelante ao pagamento de indenização por danos morais.

A parte autora/apelada afirmou na peça atrial que, em setembro de 2005, a parte ré/apelante, “cometendo ilícito civil e com manifesto abuso de direito, emitiu e sacou contra Autora, duas faturas/duplicatas de prestação de serviços”. Destaca, ainda, que a parte ré/apelante justificou a emissão das duplicatas como sendo um repasse dos valores despendidos em Reclamações Trabalhistas, na qual esta foi condenada ao pagamento das quantias de R\$3.481,28 e R\$13.160,46.

Insurgindo-se contra a sentença que julgou parcialmente procedente a vestibular, Start Sistema e Tecnologia em Recursos Terceirizáveis interpôs recurso de apelação (fls.232/258) aduzindo, em suma, que “o objeto dos títulos de crédito (duplicatas) emitidos pela Apelante subsume-se aos termos (natureza contratual de repasse de custos) do contrato firmado entre a Apelante e a Apelada, cuja sistemática consistia justamente na obrigação da Apelante (prestadora) de disponibilizar funcionários para o exercício de atividades diversas na empresa Apelada (tomadora), portanto, a contratante (tomadora dos serviços) era a responsável pelo adimplemento de toda a remuneração do corpo funcional que estivesse exercendo serviços em seu estabelecimento, cabendo a contratada, ora Apelante, apenas o repasse de tais verbas” (fls.238).

Assevera o fato de que “as duplicatas não foram manipuladas, ao reverso, apenas forma emitidas após a confirmação judicial de que serviços foram prestados por funcionários da Apelante e não adimplidos pela Apelada, portanto, consistindo o contrato firmado entre as partes no repasse de custos, extrai-se do contrato a causa da emissão das duplicatas” (fls.236).



270

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

No tocante à condenação por danos morais, a apelante afirma que inexistem os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, em razão do que a indenização consiste em enriquecimento ilícito para a apelada. Afirma, ainda, que no caso de ser mantida a indenização por danos morais, que seja o montante reduzido.

Consoante a certidão de fls. 262v, a parte recorrida não apresentou contra-razões ao recurso de apelação interposto.

É o que cumpre relatar.

À Revisão.

Recife, 23/01/2012

~~Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Desembargador



277
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0247263-1

APELANTE: START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS TERCEIRIZÁVEIS LTDA

APELADO: T. A. LOGÍSTICA LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

Start Sistema e Tecnologia em Recursos Terceirizáveis Ltda interpôs o presente recurso de apelação em face de T.A. Logística Ltda, para a reforma da sentença proferida na Ação Declaratória c/c Indenização por Danos Morais, a qual julgou parcialmente procedente o pedido inicial para declarar a nulidade das duplicatas em questão, bem como condenar a parte ré/apelante ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

O cerne do debate nesta lide consiste na existência ou não de nulidade na emissão das duas duplicatas especificadas na exordial, bem como, no caso de serem entendidas nulas as duplicatas, na existência de dano moral.

Pois bem, é de se notar que não há controvérsia entre as partes acerca do fato de que as duplicatas foram emitidas pelo apelante para cobrir o valor da condenação definida em reclamações trabalhistas.

O recorrente argumenta que somente emitiu as duplicatas nos valores exatos das duas condenações nas reclamações trabalhistas, porquanto havia uma relação jurídica entre apelante e apelado, a qual justificaria esse repasse através dos títulos assinalados. Segundo o apelante, ele e o apelado firmaram um contrato de prestação de serviços terceirizados, por meio do qual Start Sistema e Tecnologia em Recursos Terceirizáveis Ltda forneceria a mão-de-obra para prestação de serviços para Logística Ltda.

Nada obstante, é de se salientar que, nos termos do mencionado contrato, consoante a cláusula 16, “caberá à contratada, a responsabilidade dos encargos ou ônus, decorrentes da relação contratual, sejam previdenciários ou trabalhistas, bem como as referentes a acidentes de trabalho, e quaisquer outras verbas ditadas pela Legislação Civil ou Consolidada, devendo efetuar todos os recolhimentos e descontos legais, ficando assegurado à contratante que não haverá vínculo empregatício entre ela os referidos trabalhadores” (fls.53).

A condenação judicial nas referidas Reclamações Trabalhistas recaiu sobre o ora apelante, e não sobre o apelado. Não há guarida, neste processo, para as alegações do apelante de que o real devedor é o recorrido. O recorrente não pode emitir as duplicatas contra a parte apelada com o intuito de cobrir os prejuízos que sofreu com as ações trabalhistas.

O fundamento para a emissão das duplicatas, nos termos em que foi realizado pelo apelante, não é válido. A condenação perante a justiça trabalhista não pode ser utilizada como causa para as duplicatas.

Nesse sentido, observemos o entendimento Superior Tribunal de Justiça



248
c

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TÍTULO EXTRAJUDICIAL DUPLICATA. AUSÊNCIA DE ACEITE. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

1. "É cabível execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública" (Súmula 279). 2. A duplicata sem aceite reclama protesto e prova da prestação do serviço ou entrega de mercadoria para configurar título executivo extrajudicial, ante a ratio essendi da Súmula 248/STJ. Precedentes do STJ: REsp 448.627/GO, DJ 03.10.2005; REsp 770.403/RS, DJ 15.05.2006 e REsp 427.440/TO, DJ 16.12.2002).

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no REsp 898.852/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 19/02/2009)

No tocante à indenização por danos morais, tenho que se trata de condenação devida, posto que o protesto das duplicatas gerou prejuízos ao apelado, que teve seu nome indevidamente inscrito no SERASA. Tendo em vista que as duplicatas são nulas, posto que emitidas sem a observância dos requisitos legais, depreende-se que o protesto dos títulos, assim como a inscrição da apelada no cadastro de maus devedores dão ensejo a um reparo, pelo dano moral.

Contudo, entendo que o montante da indenização deve ser minorado, a fim de que se compatibilize com a extensão do dano, evitando-se um enriquecimento sem causa.

Essa é a visão do Superior Tribunal de Justiça acerca dessa redução do *quantum*:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. REVISÃO DO QUANTUM. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. Firmou-se entendimento nesta Corte Superior, de que sempre que desarrazoado o valor imposto na condenação, impõe-se sua adequação, evitando assim o injustificado locupletamento da parte vencedora;

2. Recurso especial conhecido em parte e, na extensão, provido.

(REsp 749.196/PB, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2007, DJ 16/04/2007, p. 206)

Nesse andar, em observância ao princípio da razoabilidade, tenho que a parte apelante deve indenizar o apelado no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Diante do exposto, que adoto como razões para decidir, **VOTO** pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso, para reduzir a condenação em danos morais para o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

É como voto.

Recife, 21/03/2013

Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

APELAÇÃO CÍVEL Nº 247263-1

APELANTE: START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS TERCERIZAVEIS LTDA.

APELADO: T. A. LOGÍSTICA S/A

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

REVISOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO DE REVISÃO:

Trata-se de Recurso de Apelação Cível proposto por START SISTEMA E TECNOLOGIA EM RECURSOS TERCERIZAVEIS LTDA contra sentença proferida nos autos da Ação Declaratória c/c Indenização por Danos Morais e Pedido de Antecipação de Tutela proposta por T. A. LOGÍSTICA S/A, que julgou procedente em parte o pedido para declarar a nulidade das duplicatas emitidas contra a empresa autora, bem como condenar a parte ré ao pagamento da indenização por dano moral no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Correta a sentença de fls. 198/202, pois as duplicatas emitidas, conforme afirmação da própria ré/apelante, referiam-se a despesas trabalhistas. Conforme contrato estabelecido entre as partes, às fls. 50/56, essas despesas seriam por conta da apelante, então contratada.

Sendo as duplicatas ilegítimas, e terem sido levadas a protesto e o nome da empresa apelada incluído no SERASA, conforme jurisprudência mais do que pacificada em nossos Tribunais, devido é a indenização por danos morais.

No entanto, entendo que o valor arbitrado está acima do que se tem estabelecido para casos desse jaez, devendo o quantum arbitrado ser reduzido para o patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Voto pelo provimento parcial do recurso, apenas para reduzir o quantum indenizatório fixado, para o patamar de R\$ 10.000,00(Dez mil reais), mantendo a sentença nos demais termos.

É como voto.

Recife,

21/3/2013

Des. Sílvio de Arruda Beltrão- Revisor